

DECRETO Nº 1.707, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

**Altera e acrescenta dispositivos do Decreto nº 1.487, de 21 de setembro de 2022, que dispõe sobre a concessão, aplicação e prestação de contas do suprimento de fundos no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 66, incisos III e V, da Constituição Estadual, tendo em vista o que consta no Processo SEPLAG-PRO-2025/20342, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover adequações e atualizações com o objetivo de aperfeiçoamento das melhores práticas administrativas e operacionais, visando uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica alterado o inciso III do parágrafo único do art. 4º do Decreto 1.487, de 21 de setembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** (...)

(...)

**Parágrafo único** (...)

(...)

III - outras despesas a serem regulamentadas por Instrução Normativa da SEPLAG.”

**Art. 2º** Fica alterado o inciso IV do art. 6º do Decreto 1.487, de 21 de setembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** (...)

(...)

IV - despesas urgentes, emergenciais, extraordinárias, imprevisíveis ou outras a serem realizadas mediante concessão de suprimento de fundos previstas nos incisos I, IV a VI do caput do art. 2º da Lei Estadual nº 11.648, de 23 de dezembro de 2021, que impeçam a subordinação ao processo normal de aplicação e cuja não realização imediata ou em curto prazo resulte em:

(...)”

**Art. 3º** Ficam acrescidos a alínea “d” e o parágrafo único ao art. 7º do Decreto 1.487, de 21 de setembro de 2022, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º** (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) 33 - passagens e despesas com locomoção.

**Parágrafo único** A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão poderá permitir a utilização de outros elementos de despesa não previstos neste artigo por meio de Instrução Normativa.”

**Art. 4º** Ficam alterados a alínea “c” do inciso II e o inciso III, com o acréscimo das alíneas “c” e “d” ao inciso III, do art. 9º do Decreto 1.487, de 21 de setembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** (...)

(...)

II - (...)

(...)

c) regulamentadas por Instrução Normativa da SEPLAG.

III - até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) podendo ser dividido em até 02 (dois) adiantamentos nos elementos 30, 33 e 39, para atender despesas:

(...)

c) para aquisição de passagens e despesas com locomoção necessárias ao cumprimento das funções públicas e da prestação de serviços, devidamente caracterizadas e justificadas;

d) outras despesas, consoantes ao disposto no parágrafo único do art. 7º deste Decreto.

(...)”

**Art. 5º** Fica alterado o art. 23 do Decreto 1.487, de 21 de setembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 23** Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, separadamente ou em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda, a expedição das normas complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.”

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás em Cuiabá, 15 de outubro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

**MAURO MENDES**

*Governador do Estado*

**FABIO GARCIA**

*Secretário-Chefe da Casa Civil*

**BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS**

*Secretário de Estado de Planejamento e Gestão*